

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO PUC-SP
EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

ELLEN APARECIDA SILVA SCOTTI

**A INCLUSÃO DA CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN NA ESCOLA
REGULAR**

SÃO PAULO – SP

2016

ELLEN APARECIDA SILVA SCOTTI

**A INCLUSÃO DA CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN NA ESCOLA
REGULAR**

Monografia apresentada ao curso de Pós-Graduação em Educação Inclusiva e Deficiência Intelectual, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como requisito à obtenção do título de Especialista.

Orientadora: Profa. Dra. Darcy Raiça

SÃO PAULO – SP

2016

ELLEN APARECIDA SILVA SCOTTI

**A INCLUSÃO DA CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN NA ESCOLA
REGULAR**

Monografia apresentada ao curso de Pós-Graduação em Educação Inclusiva e Deficiência Intelectual, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como requisito à obtenção do título de Especialista.

Orientadora: Profa. Dra. Darcy Raiça

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Darcy Raiça

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC –SP

Profa. Claudia Galvani

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC –SP

São Paulo, _____ de _____ de 2016.

Dedico essa monografia á todas as crianças com Síndrome de Down que lutam diariamente pelo seu espaço diante da sociedade e principalmente ao Gabriel por ter vencido com bravura suas maiores dificuldades e me ensinado a superar os desafios com leveza.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus que possibilitou a realização deste momento tão importante na minha vida e por ter me dado persistência e inteligência para continuar;

Agradeço à minha orientadora Prof^a. Dra. Darcy Raiça pela paciência e dedicação ao longo da criação desta monografia;

Agradeço aos meus professores pelos ensinamentos e momentos que ficarão registrados na memória;

Agradeço ao meu ex-aluno Gabriel por despertar minha curiosidade e paixão pela Síndrome de Down;

Agradeço a minha companheira Elizabeth por estar sempre me apoiando, principalmente em meus momentos de dificuldades e por ter colaborado durante minha trajetória no curso e na vida;

Agradeço aos meus familiares que me apoiaram em minhas decisões;

E a todos que contribuíram direta ou indiretamente para a minha formação e realização desta monografia;

RESUMO

SCOTTI, Ellen Ap. Silva. A inclusão da criança com Síndrome de Down na escola regular. 2016. Monografia apresentada ao curso de Especialização em Educação Inclusiva e a Deficiência Intelectual, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP 2016.

A presente monografia analisou a funcionalidade da inclusão escolar de crianças com Síndrome de Down em escolas regulares, com a preocupação no cenário atual, onde a inclusão ainda é utilizada em alguns casos para nomear ações integrativas. A pesquisa apoiou-se totalmente em referencial teórico, enfatizando autores que explicam a Síndrome de Down e autores que defendem a inclusão destas crianças na escola regular. Destaca-se também a importância da prática pedagógica para o desenvolvimento adequado de crianças com a Síndrome de Down. A finalidade da pesquisa foi compreender como acontece e se é possível esse trabalho inclusivo, uma vez que, sabemos da complexidade e seriedade que envolve um trabalho com crianças que possuem Deficiência Intelectual. Pode-se concluir que sim, é possível e está acontecendo esse trabalho que exige empenho, dedicação e embasamento, o ritmo é lento, mas levamos em consideração que os avanços foram satisfatórios decorrentes do pouco tempo que a inclusão escolar passou a acontecer. Basta que as pessoas se conscientizem de que é necessário quebrar paradigmas e transformamos nossas ações para efetuar uma escola para todos.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão, Síndrome de Down, escola regular, Deficiência Intelectual.

ABSTRACT

SCOTTI, Ellen Ap. Silva. Inclusion of children with Down's Syndrome in mainstream education. 2016. Monograph presented to the Specialization Course on Inclusive Education and Intellectual Disability, from the Pontifical Catholic University of São Paulo - PUC/SP 2016.

This monograph analysed the functionality of children with Down's Syndrome's inclusion in regular schools, concerning the current scenario, where inclusion is still used in some cases to nominate integrative actions. This research was based completely on theoretical references, emphasizing in authors that explain Down's Syndrome and endorse these children's inclusion in regular school. The importance of pedagogical practice for proper development of children with Down's Syndrome is also highlighted. This research aim was to comprehend how it happens and if this inclusive work is possible once it's known about the complexity and seriousness that a work with intellectual deficiency children involves. It can therefore be concluded that it is possible and this work demands effort, dedication and knowledge, it's a slow pace but one can consider that the advances were satisfactory despite scholar inclusion was recently established. It would suffice that people stay aware that is necessary to break paradigms and change our actions to make a school for all.

KEYWORDS: Inclusion, Down's Syndrome, Regular Scholl (Mainstream Education), Intellectual Deficiency.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

AAIDD - Associação Americana de Deficiência Intelectual e de Desenvolvimento

DI – Deficiência Intelectual

OMS – Organização Mundial da Saúde

QI – Quociente de Inteligência

SD – Síndrome de Down

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. INCLUSÃO: DA ERA MEDIEVAL ATÉ OS DIAS ATUAIS.....	12
2.1 INCLUSÃO E INTEGRAÇÃO.....	16
3. DEFICIÊNCIA INTELECTUAL.....	22
4. SÍNDROME DE DOWN: HISTÓRICO E CONCEITO.....	25
4.2 CARACTERIZAÇÃO.....	28
4.3 CARIÓTIPO.....	29
4.5 INCIDÊNCIA.....	31
5. A SÍNDROME DE DOWN E A EDUCAÇÃO ESCOLAR: INCLUSÃO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES.....	32
5.1 EDUCAÇÃO PARA TODOS.....	32
5.2 A EDUCAÇÃO, A INCLUSÃO E A ATUAÇÃO PEDAGÓGICA.....	34
5.3 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS BASEADAS NAS OBRAS DAS AUTORAS LIMA E VOIVODIC.....	37
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	44

1. INTRODUÇÃO

Durante os meus últimos anos no Ensino Médio estava em dúvida de qual graduação seguir (havia três opções de curso que me agradavam, e uma delas era a pedagogia), então tive a oportunidade de realizar um estágio de observação em uma escola de educação infantil e logo na primeira sala que estagiei, me deparei com uma criança com Síndrome de Down (SD), a princípio não sabia como me portar, era desconhecido pra mim. Todas as crianças da sala me acolheram muito bem, mas essa criança com SD em especial me despertou algo maior e tive muito mais afinidade, apesar da minha dificuldade inicial. Toda essa aproximação foi muito natural e saudável.

Desde então decidi que deveria seguir a pedagogia, e durante o curso trabalhei em outras escolas, e novamente trabalhei em uma sala que havia um aluno com SD. Acompanhei toda sua evolução durante o ano letivo, que foi grandiosa e me envolveu bastante, essa vivência foi marcante e determinante para minha decisão sobre seguir o caminho da inclusão, até porque essa escola era uma escola inclusiva e me encantava, pois de fato havia a inclusão.

Hoje, com toda a certeza percebo que fiz a escolha certa e a cada dia me apaixono mais por essa área. Acredito muito no desenvolvimento e capacidade de todas as crianças que possuem alguma deficiência e quero muito estar envolvida nesse processo de conquistas deles.

Então devido à vivência em especial com esse último aluno, entrei no curso de Especialização em Educação Inclusiva e Deficiência Intelectual já decidida no tema desta monografia, pois me preocupo muito com o processo de inclusão dentro da escola regular principalmente quando se trata de alunos com Deficiência Intelectual (DI). No caso escolhi a SD por além de ser uma DI (há dificuldades de meios para trabalhar com esses alunos e também falta profissionais qualificados), eu ter me conectado com alunos que tem a síndrome.

O tema inclusão tem causado muita polêmica no âmbito escolar, devido sua complexidade em atender a todos com eficácia, a maior parte das escolas não possui suporte e preparo para abranger pessoas com deficiência, principalmente quando

tratamos de DI. Decorrente de convívio com crianças com deficiência e por chamar minha atenção especialmente a SD, surge à preocupação em entender e responder como ocorre a inclusão desse aluno SD no processo escolar dentro da escola regular.

Torna-se inquietante a atenção com esse processo, pois sabemos que atualmente muitas escolas se dizem inclusivas e não fazem um trabalho inclusivo, o que é muito grave, porque quando não é realizado um trabalho com muito empenho e dedicação principalmente relacionado à inclusão, a pessoa com deficiência pode sofrer de varias formas: sendo discriminadas, sofrendo preconceitos, o que afeta intimamente seus processos cognitivo, emocional e social.

Portanto é importante trazer para o olhar de todos, as dificuldades enfrentadas diariamente por pessoas com SD, e como vem conquistando seu lugar perante a sociedade.

O objetivo desse estudo é oferecer conhecimento para que tenhamos uma reflexão sobre o assunto e analisarmos nossas práticas perante a inclusão, modificar o que esta a desejar e alimentar o que esta sendo positivo.

A presente monografia foi estruturada de maneira com que traga o histórico da inclusão desde a era Medieval até os dias atuais, juntamente com a discussão sobre inclusão e integração, apresentando as principais leis que garantem a inclusão, será dividida em quatro partes, dissertando sobre inclusão, DI, SD e a inclusão da pessoa com SD na escola regular, enfatizando o papel do professor.

O presente estudo trata-se de uma pesquisa qualitativa na qual foi utilizado como método de pesquisa a revisão bibliográfica, através de artigos científicos, legislação, livros, monografias e vídeos. Para o levantamento dos artigos, foram utilizadas as seguintes bases de dados: ScientificElectronic Library Online (SciELO), Google acadêmico, Youtube e buscas manuais . No momento da busca foram utilizados os seguintes descritores: Síndrome de Down, inclusão, escola regular, atuação do professor, integração e histórico.

Para este estudo foi efetuado um levantamento de artigos, legislação, livros, monografia e vídeos do período de 1988 a 2016. Os critérios de exclusão foram materiais que se distanciavam do tema, para critérios de inclusão foram definidos os

materiais que se relacionassem ao tema escolhido, contendo uma leitura de entendimento claro e que atingisse a expectativa da pesquisa.

2. INCLUSÃO: DA ERA MEDIEVAL ATÉ OS DIAS ATUAIS

“Incluir é ter uma visão crítica do mundo, estudando-o e reconhecendo parte dele como produtor de cultura” (ALVES, 2011, p. 21).

A inclusão é um processo ativo e progressivo, de acordo com Sanchez (2005, p.17) baseada em “cooperação/solidariedade, respeito às diferenças, comunidade, valorização das diferenças, melhora para todos, pesquisa reflexiva.”

Ao falar de inclusão faz se necessário abordamos sobre as pessoas com deficiência, estas que sofrem preconceitos e discriminação há séculos, pois em nossa sociedade tudo o que é notoriamente diferente do “comum” é visto como estranho, ameaçador, entre outros. Durante toda a história podemos observar esse trajeto de dificuldades em ser incluído e respeitado no círculo social.

Antigamente, na era Medieval as pessoas com deficiências eram altamente rejeitadas e discriminadas, na Roma antiga, as famílias tinham permissão para sacrificar o filho que nascera com alguma deficiência. Assim também na antiga Esparta, as pessoas que nasciam ou adquiriam alguma deficiência eram jogadas em alto mar. Por outro lado haviam famílias que não os faziam, eram piedosas e assistencialistas. Já em Atenas, as pessoas com deficiência eram tratadas e amparadas pela sociedade, já que para Aristóteles era injusto tratar os diferentes de maneira igual.

De acordo com registros, existem muitas evidências de pessoas com deficiência que habitaram o mundo antigo, seja com desenhos retratando pessoas com membros amputados ou até com estudos realizados com restos mortais de múmias do antigo Egito, que manteram seus corpos conservados apresentando algumas limitações físicas.

Com a chegada do Cristianismo e sua doutrina cristã voltada para a caridade e amor ao próximo, influenciaram na criação de hospitais voltado para pessoas pertencentes à pobreza e marginalização, incluindo pessoas com deficiência. Entretanto, ainda haviam restrições perante o olhar com essas pessoas.

Na Idade Média, a situação torna-se preocupante, pois as pessoas com deficiência eram tratadas como algum “Castigo de Deus”, a própria igreja católica torna a sua caridade em rejeição.

Entre os séculos XVI e XVII, surgiu um novo modo de pensar, o ser humano passa a desvincular-se do pensamento de “ira divina”, tornou-se um ser revolucionário desapego de dogmas. Passou a preocupar-se mais com o outro, logo vários países europeus construíram abrigos para pessoas pobres, idosos e com deficiência.

No século XIX os EUA passam a ter um olhar diferenciado para a pessoa com deficiência, construído abrigos para marinheiros ou fuzileiros navais que adquiriram alguma deficiência

No Brasil, a inclusão transcorreu uma caminhada ainda bem longa desde o século XIX, com teorias e práticas de muito preconceito e discriminação, trazendo diversas vivências de exclusão.

Nesse período, um grupo de brasileiros inspirados pelas experiências norte-americanas e européias trouxeram serviços dedicados a inclusão de pessoas com deficiências físicas, mentais e sensoriais para implantarem tais ações, porém essas iniciativas não estavam integradas as políticas públicas de educação. Passou-se um século para que essa modalidade de ensino fosse implantada, que ficou conhecida como “educação para excepcionais”.

A história da educação de crianças com deficiência passou por três importantes momentos, segundo Mantoan:

- **De 1854 a 1956** (Marcado por iniciativas de caráter privado): Dividido em dois momentos: no primeiro momento marcado pelo atendimento clínico especializado; e no segundo momento instituições tradicionais de assistência a pessoas com deficiências mental (DM), físicas e sensoriais, seguindo o exemplo do pioneirismo do Instituto dos Meninos Cegos (Rio Janeiro).
- **De 1957 a 1993** (Definido por ações oficiais de âmbito nacional): A educação especial foi assumida pelo poder público em 1957 com a criação das “Campanhas”, que eram destinadas especificamente para atender a cada tipo de deficiência. Lideradas por muito tempo pelos comandos de um mesmo grupo que se uniu para lutar pelo mesmo ideal, políticos, educadores pais, personalidades brasileiras que eram porta-voz das pessoas com deficiência. O movimento tinha a principal força dos pais que juntos fundaram mais de 1000 APAE em todo o Brasil.
- **De 1993...** (Caracterizado pelos movimentos em favor da inclusão escolar): Muito recentemente as pessoas com deficiência tomaram frente da luta de

seus direitos e elas mesmas têm organizado e participado das Comissões, Coordenações, Fóruns e Movimentos.

É uma evolução muito grande para as pessoas com deficiência estar lutando pelos seus princípios, reconhecimento e inclusão, pois se antes elas não tinham nem um pouco de visibilidade agora estão tomando seu lugar e buscando aquilo que se é de direito.

Quando a inclusão é colocada em ponto de discussão, sabe-se a polêmica que a envolve, são inúmeros fatores que trazem interrogação as nossas mentes, principalmente por se tratar de uma conquista recente. Entretanto, vivenciamos em meio de diversos pensadores e estudiosos do assunto que podem nos auxiliar e contribuir com o conhecimento teórico como base para nossas ações.

A inclusão é um processo do qual a sociedade em geral se adapta para poder incluir pessoas com deficiência, que assumem seus papéis perante o meio em que vive. Ainda ressalta que a inclusão social constitui-se em um processo bilateral, no qual há uma batalha diariamente de pessoas que ainda são excluídas que se unem com a sociedade para efetivar a equiparação de oportunidades para todos (SASSAKI, 1997, p. 41).

Para Mantoan (2009), “inclusão é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção. É para o estudante com deficiência física, para os que têm comprometimento mental, para os superdotados, para todas as minorias e para a criança que é discriminada por qualquer outro motivo.”

Seguindo destes pressupostos é possível compreender o privilégio de se viver em meio à inclusão, ressaltando que não somente as pessoas com deficiências que são incluídas, mas, sim todos os indivíduos.

Inclusão é conviver e interagir com o indivíduo respeitando suas particularidades e potencialidades. Saber conviver com as diferenças e limitações do outro sem discriminá-lo ou subestimá-lo, acreditar em sua capacidade.

De acordo com Voivodic (2013, p.25-32) “no Brasil, o acompanhamento das posturas internacionais se faz através de leis que postulam determinadas ações, mas cuja implementação é lenta e não planejada. Também enfatiza que não devemos esquecer que a inclusão é um processo que deve ser entendido e analisado dentro das condições reais de cada sociedade, pois do contrário ficará apenas no discurso, na utopia”.

Portanto, sabemos que o processo de inclusão depende do contexto em que cada sociedade esta inserida, pois é dependente das posturas culturais, paradigmas e legislações de cada povo. Tais ações necessitam estar sendo acompanhadas juntamente com suas mudanças, não é possível idealizar uma postura inclusiva avançada em um local onde os ideais ainda estão totalmente atrasados. Deve-se implementar a inclusão gradativamente.

2.1 INCLUSÃO E INTEGRAÇÃO

Voivodic (2013, p. 25) enfatiza que “o termo inclusão tem sido usado com múltiplos significados. Em um dos extremos, encontram-se os que advogam a inclusão como colocação de todos os alunos, independente do grau e tipo de incapacidade, na classe regular, com a eliminação dos serviços de apoio de ensino especial. Em outro extremo, o conceito de inclusão parece ser utilizado apenas para renomear integração, considerando que o melhor é a colocação do aluno com deficiência na classe regular, desde que se enquadre aos pré-requisitos da classe”.

Coloca-se em pauta a diferenciação dessas duas palavras. O que significa integrar? E incluir? O que diferencia um do outro? Qual dos dois caminhos é o melhor a ser seguido?

Partimos do sentido etimológico da palavra, para compreender melhor esse conflito e desmistificar o uso incorreto de cada termo:

Integração vem do verbo integrar, que significa formar, coordenar ou combinar num todo unificado. Inclusão, do verbo incluir, significa compreender, faz parte de, ou participar de. Nota-se que no significado de inclusão aparece a palavra participar, fazer parte, o que pressupõe uma outra visão. Participação é uma necessidade fundamental do ser humano, e o homem só terá possibilidade de total desenvolvimento numa sociedade que permita e facilite a sua participação. (BORDENAVE, 2013: 26 apud VOIVODIC)

Autores como Dens (2013) e Mantoan (1993) apresentam seus posicionamentos diante dessa discussão de inclusão e integração, enfatizando os diferentes significados dos termos.

Dens (apud, Voivodic, 2013), “assinala as seguintes características que diferenciam os termos integração e inclusão: integração refere-se a intervenções necessárias para que a criança com necessidades especiais possa acompanhar a escola, sendo o trabalho feito individualmente com a criança e não com a escola; inclusão é o oposto, é um movimento voltado para o atendimento das necessidades da criança, buscando um currículo correto para incluí-la. Inclusão não é, pois, uma invenção da escola, mas uma ideologia da sociedade, onde o princípio fundamental é a valorização da diversidade. Afirma o autor que essa transformação é lenta, e ainda

não ocorreu nem mesmo na Bélgica, país pioneiro nesse movimento, pois requer mudanças de ideologia”.

Segundo Mantoan (1993), “a integração escolar é uma forma condicional de inserção em que vai depender do aluno, ou seja, do nível de sua capacidade de adaptação as opções do sistema escolar, a sua integração, seja em uma sala regular, uma classe especial, ou mesmo em instituições especializadas. Trata-se de uma alternativa em que quase tudo se mantém, quase nada se questiona do esquema escolar em vigor; já a inclusão institui a inserção de uma forma incondicional, radical, uma vez que o objetivo é incluir um aluno ou um grupo de alunos que não foram anteriormente excluídos. A meta da inclusão é, desde o início, não deixar ninguém de fora do sistema escolar, o qual terá de se adaptar às particularidades de todos os alunos, mudam as escolas e não os alunos, para terem o direito a frequentá-las, na sala de aula do ensino regular.”

Diante disso, devemos estar atentos com o que esta atualmente acontecendo nas escolas, que pode ser intitulado de inclusão, quando na verdade, na maioria dos casos é integração. É fundamental que lutemos para que a inclusão aconteça de fato, para conseguir realizar um trabalho efetivo e participativo para todos, com isso é preciso transformar nossas mentes, construindo um novo posicionamento diante de uma conduta inclusiva, para assim quebrar os paradigmas internos e os expostos pela sociedade.

2.2 PROCESSO DE INCLUSÃO NA LEGISLAÇÃO

Atualmente a inclusão não é somente um debate, ela de fato esta acontecendo, mesmo que seja em um ritmo mais demorado que o esperado. O maior problema é a falta de cumprimento da lei, mesmo abdicando de legislações que garantem sua aplicabilidade. Muitas escolas são inclusivas, mas não incluem.

As pessoas que possuem DI são as mais excluídas nesse processo, as instituições privadas estão muito resistentes a efetivação do cumprimento para com

esses alunos. Alegam que não possuem suporte por ser uma deficiência mais “complexa”.

Nossa legislação caminha junto ao desenvolvimento das ações de inclusão, possibilitando as pessoas com deficiência conviver dignamente perante a sociedade a qual pertence.

A Constituição Federal Brasileira de 1988 garante:

“Construir uma sociedade livre, justa e solidária”, “erradicar a pobreza e a marginalização e **reduzir as desigualdades sociais**”, “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. (art.3º incisos I, III e IV);

Define a educação como direito e dever de todos, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da família e qualificação para o trabalho (art.205);

Define o ensino ministrado baseado nos princípios de “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (art. 206, inciso I);

Garante o dever do Estado em ação atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino. (artigo 208, inciso II)

Temos também a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/1996), conhecida como a LDB/96 que garante a obrigatoriedade de incluir a pessoa com deficiência na rede regular com uma equipe capacitada e com direito a adaptação de currículo de acordo com sua deficiência, conforme:

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino;

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Outro documento muito importante é a Declaração de Salamanca (1996), que visa a inclusão de todos mundialmente, caminhando juntamente com a Convenção de Direitos da Criança (Unicef, 1988) e da Declaração de Educação para todos (Unesco, 1990).

A Declaração de Salamanca (item 3) dispõe sobre os princípios, práticas e políticas relacionadas às pessoas com deficiência:

“O princípio que orienta esta Estrutura é o de que escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras”.

Em relação aos princípios, políticas e praticas na área das necessidades educativas especiais, a Declaração de Salamanca (1994) acredita que:

Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem;

Toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas;

Sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades;

Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades;

Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional.

Atualmente foi instituído o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015), foi um enorme avanço para a inclusão, essa lei assegura a autonomia e a capacidade das pessoas com deficiência de exercerem seus direitos e deveres quanto cidadãos igualmente aos demais. Vale destacar:

Art. 4º Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação.

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus

talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

I - sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;

II - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;

III - projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia;

V - adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino;

VI - pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de tecnologia assistiva;

VII - planejamento de estudo de caso, de elaboração de plano de atendimento educacional especializado, de organização de recursos e serviços de acessibilidade e de disponibilização e usabilidade pedagógica de recursos de tecnologia assistiva;

VIII - participação dos estudantes com deficiência e de suas famílias nas diversas instâncias de atuação da comunidade escolar;

IX - adoção de medidas de apoio que favoreçam o desenvolvimento dos aspectos linguísticos, culturais, vocacionais e profissionais, levando-se em conta o talento, a criatividade, as habilidades e os interesses do estudante com deficiência;

XIV - inclusão em conteúdos curriculares, em cursos de nível superior e de educação profissional técnica e tecnológica, de temas relacionados à pessoa com deficiência nos respectivos campos de conhecimento;

XV - acesso da pessoa com deficiência, em igualdade de condições, a jogos e a atividades recreativas, esportivas e de lazer, no sistema escolar;

XVI - acessibilidade para todos os estudantes, trabalhadores da educação e demais integrantes da comunidade escolar às edificações, aos ambientes e às atividades concernentes a todas as modalidades, etapas e níveis de ensino;

XVII - oferta de profissionais de apoio escolar;

O Estatuto também ressalta a defesa para com as pessoas com deficiência contra a discriminação:

§ 1º Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas.

Art. 5º A pessoa com deficiência será protegida de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, tortura, crueldade, opressão e tratamento desumano ou degradante.

Ainda temos muito a caminhar para conseguir de fato o cumprimento de todos esses documentos e outros não citados, mas, não menos importantes. Em pleno século XX é difícil aceitar a idéia de que as pessoas não consigam viver com as diferenças, quando na verdade somos todos “iguais”.

O papel da inclusão é importantíssimo para a sociedade, pois combate os diversos preconceitos enfrentados porque as pessoas são “diferentes” e também caminha para uma convivência com respeito ao próximo, convivendo com diversas culturas, religiões, valores, etc.

Mas, com o amadurecimento das civilizações, as conscientizações e mobilizações para o assunto ficam mais visíveis provocando a sensibilidade e humanização do ser humano para construir um mundo mais inclusivo.

3. DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

De acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, artigo 2º).

“Deficiência vem da palavra deficiência do latim e sugere algo que possua falhas, imperfeições, não é completo. É o termo usado para definir a ausência ou a disfunção de uma estrutura psíquica, fisiológica ou anatômica. Diz respeito à biologia da pessoa”. (OMS/ Organização Mundial de Saúde, 2007).

O conceito de DI é mundialmente discutido e historicamente evoluído no que envolve a limitação e expansão de sua relação com o meio social, de onde surgem os preconceitos e barreiras.

A DI não é uma doença, mas interfere na vida do indivíduo no parâmetro da aprendizagem, como as dificuldades em realizar atividades que são comuns para as demais pessoas, evidenciando assim um comprometimento cognitivo que aparece no período da infância.

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE- São Paulo) referencia que a DI segundo a Associação Americana sobre Deficiência Intelectual do desenvolvimento (AAIDD), caracteriza-se por um funcionamento intelectual inferior à média Quociente de Inteligência (QI), associado a limitações adaptativas em pelo menos duas áreas de habilidades (comunicação, autocuidado, vida no lar, adaptação social, saúde e segurança, uso de recursos da comunidade, determinação, funções acadêmicas, lazer e trabalho), que ocorrem antes dos 18 anos de idade.

Ainda segundo a APAE-SP, “no dia-a-dia, a pessoa com Deficiência Intelectual tem dificuldade para aprender, entender e realizar atividades comuns para as outras pessoas. O que não quer dizer necessariamente que elas sejam “incapazes”, e sim, que precisarão de uma técnica diferenciada, ou seja, um tempo maior, com estímulos que as condicionem a desenvolver suas potencialidades”.

As autoras Prioste, Raiça e Machado (2006 p. 28-29), ressaltam que:

A deficiência mental é uma situação e não uma doença. Na deficiência mental há um rebaixamento quantitativo das funções psíquicas, que é percebido normalmente, logo nos primeiros anos de vida. As pessoas com deficiência mental não apresentam visão alterada de si mesma nem da realidade; geralmente são amistosas, cooperativas, gostam de se comunicar e são capazes de tomar decisões, atendendo as responsabilidades que lhe são dadas de acordo com sua potencialidade.

Sendo assim, entende-se que as pessoas com DI são capazes de desenvolver atividades dentro de suas limitações igualmente a qualquer outra pessoa, só que em um tempo maior. Essas pessoas precisam ser estimuladas e avaliadas com diagnóstico, quando necessário e sempre acompanhadas por uma equipe multidisciplinar.

“A Deficiência Intelectual é resultado, quase sempre, de uma alteração no desempenho cerebral, provocada por fatores genéticos, distúrbios na gestação, problemas no parto ou na vida após o nascimento. Um dos maiores desafios enfrentados pelos pesquisadores da área é que em grande parte dos casos estudados essa alteração não tem uma causa conhecida ou identificada. Muitas vezes não se chega a estabelecer claramente a origem da deficiência”. (APAE-SP).

A APAE – SP destaca que as principais causas que podem levar a DI são durante as três fases: pré-natais, perinatais e pós-natais.

Os fatores de risco são: alterações cromossômicas, alterações genéticas, tabagismo, alcoolismo consumo de drogas, doenças maternas crônicas, desnutrição materna, falta de oxigenação, prematuridade e baixo peso, infecções, intoxicações, entre outros.

A prevenção da DI esta relacionada com o grau de conhecimento cuidado pela mãe, envolve desde fatores relacionados à genética até o ambiente familiar em que esta criança pertence.

Na maioria dos casos, o diagnóstico é feito devido à percepção no atraso do desenvolvimento neuro-psicomotor, a criança demora a firmar a cabeça, andar, falar, e na dificuldade de aprendizado escolar e compreensão de regras.

A criança deve ser avaliada em sua totalidade, para melhor compreensão de sua condição. A equipe médica faz uma anamnese e realiza exames morfológicos e neurológicos; o psicólogo aplica testes e provas; o assistente social avalia a realidade

familiar e social em que a criança vive e como isso pode influenciar em seu desenvolvimento.

O diagnóstico é um fator determinante para que possamos obter um direcionamento no plano de ação a ser executado em sala de aula, que seja capaz de favorecer o desenvolvimento social e cognitivo da criança.

“Vale ressaltar, que como qualquer um de nós a pessoa com DI percebe tudo o que passa ao seu redor. Portanto, devemos criar as oportunidades para que ela possa realizar todas as atividades que achar interessante e auxiliá-la no que for possível” (APAE-SP).

Entre os principais tipos de DI, temos a de alterações cromossômicas, conforme citado acima, no caso uma dessas é a conhecida SD.

4. SÍNDROME DE DOWN: HISTÓRICO E CONCEITO

Os primeiros indícios da SD apareceram durante o século XIX, em registros de pinturas e escritos por artistas famosos da época.

No ano de 1866 em Londres aconteceu o primeiro caso clínico com identidade própria desenvolvido pelo trabalho do médico pediatra Langdon Down, que afirmava a existência de raças superiores, colocando a deficiência mental como características das raças inferiores, influenciado pelos conceitos sobre evolução da época. Down classificou os pacientes com a síndrome de acordo com o seu fenótipo, nomeando-a como “idiotia mongólica”

“Depois desse trabalho inicial, vieram outros que contribuíram para aprofundar o conhecimento sobre a Síndrome de Down. Dentre eles, os trabalhos de Fraser e Michell (1876), o de Ireland (1877), que distinguiu a “idiotia mongolóide” da “idiotia cretinóide”, o de Wilmarth (1890) e o de Telford Smith, em 1896, que descobriu uma técnica de tratamento para estas crianças utilizando o hormônio tireoidiano. Mas, foi somente em 1932, que um oftalmologista holandês chamado Waardenburg sugeriu que a ocorrência da síndrome de Down fosse causada por uma aberração cromossômica” (SILVA, DESSEN, 2002, p. 167).

Schwartzman (2003, p. 14-15) relata que dois anos mais tarde, em 1934, nos Estados Unidos, Adrian Bleyer supôs que essa aberração poderia ser uma trissomia. Parecia, portanto, que a descoberta da causa da síndrome de Down estava próxima. Contudo, foram necessárias mais de duas décadas para que isto ocorresse. Foi somente em 1959 que o Dr. Jerome Lejeune e Patricia A. Jacobs e seus respectivos colaboradores descobriram, quase que simultaneamente, a existência de um cromossomo extra.

“O termo “síndrome” significa um conjunto de sinais e sintomas e “Down” designa o sobrenome do médico e pesquisador que primeiro descreveu a associação dos sinais característicos da pessoa com SD” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013).

A denominação SD só foi colocada após ter sofrido várias outras denominações, inclusive excessivamente pejorativas como: imbecilidade mongolóide, idiotia mongolóide, criança mal-acabada, entre outras. Diante disso, Schwartzman (1999) coloca que “esta terminologia foi suprimida nas publicações da

OMS, a partir de 1965, prevalecendo à denominação de Síndrome de Down, embora o termo mongolismo ainda seja utilizado na linguagem cotidiana”.

Durante a fecundação os genes da mulher se unem com os genes do homem totalizando 46 cromossomos, sendo 23 pares. Os cromossomos são responsáveis pela informação genética, ou seja, fornece uma cópia de cada um dos pares para a determinação de descendência e características do ser. No caso da Síndrome de Down ocorre uma alteração genética causada pela presença de uma terceira cópia do cromossomo 21 em todas as células do organismo, conhecida como trissomia. Juntamente com a Síndrome vem também a deficiência intelectual, que conseqüentemente traz dificuldades de aprendizagem. Também é possível como em todo ser humano a herança de outra síndrome, sendo o caso de dupla síndrome. (VARELLA, 2015),

De acordo com Alves (2011 p.17), “a SD não é progressiva nem contagiosa.” Também não é doença, não há cura para a SD, temos que nos contentar com os progressos e conquistas.

O acompanhamento e tratamento para as pessoas que possuem a SD depende de diversos profissionais e é de longa duração, além de tudo, é primordial a contribuição da família nesse processo.

Existe três classificações para a SD, a Fundación Iberoamericana Down 21 classifica:

- Trissomia 21 (livre)

Os óvulos e os espermatozóides formam-se a partir de células que, ao se dividirem, seus 46 cromossomos se separam: 23 seguem para uma célula, e seus pares correspondentes seguem para outra. Por isso, cada uma possui 23 cromossomos. No entanto, às vezes essa divisão e separação dos pares de cromossomos não ocorrem da maneira correta, ou seja, um dos pares de cromossomo (no nosso caso o par 21) não se separa e os dois cromossomos 21 permanecem unidos e ficam em uma das células (óvulo ou espermatozóide) divididas. Acontece, nesse caso, o que os técnicos chamam de “não-disjunção” ou “não-separação”. Assim, essa célula fica com 24 cromossomos, dois dos quais do par 21, e, ao se unir a outra célula embrionária comum, com 23 cromossomos, a nova célula, resultante da fusão no momento da concepção, terá 47 cromossomos, três dos quais 21. A partir desta, serão originadas todas as demais células do novo organismo, que igualmente possuirão 47 cromossomos.

- Mosaicismo

Ocorre em 1,5% das crianças com SD. Corresponde à situação em que o óvulo e o espermatozóide possuem os 23 cromossomos comuns, e, portanto, a primeira célula que se forma da fusão de ambos é normal e possui 46 cromossomos. No entanto, no curso das primeiras divisões dessa célula e assim por diante, surge, em algumas delas, o mesmo fenômeno de não-disjunção ou não-separação do par de cromossomos 21 que comentamos antes, de modo que uma célula terá 47 cromossomos, três dos quais serão do par 21. A partir daí, todos os milhões de células que derivem dessa célula diferente terão 47 cromossomos (serão trissômicas), enquanto que os demais milhões de células que se derivem das células normais terão 46, e serão também normais.

- Translocação

Por volta de 3,5% das pessoas com síndrome de Down apresentam dois cromossomos do par 21 completos (o comum) mais um pedaço mais ou menos grande de um terceiro cromossomo 21, que geralmente está colado a outro cromossomo de outro par (o 14, o 22 ou algum outro, embora geralmente seja o 14).

4.1 DIAGNÓSTICO

É muito importante o acompanhamento pré-natal durante a gravidez, a SD pode ser diagnosticada ainda durante a gestação. Inicialmente é feita a realização do ultrassom morfológico fetal que avalia a translucência nucal apontando indícios da síndrome, que só é confirmado com o exame de amniocentese e amostra do vilos corial. Após o nascimento, é feito o exame de cariótipo (que estuda os cromossomos) onde é confirmado o diagnóstico clínico. Schwartzman (1999) ressalta que, “o diagnóstico definitivo é alcançado com o estudo cromossômico. Deve-se mencionar que quanto menor for a idade gestacional, menor será o número de características faciais típicas. Nestes casos, tem maior valor diagnóstico sinais como: prega transversa, clinodactilia dos quintos dedos, defeitos cardíacos septais.”

“O diagnóstico sempre é feito pelos achados fenótipos, normalmente pela aparência facial. De fato, é a associação de sinais discretos observados no fôceis dos pacientes que permitem o diagnóstico, principalmente nos recém-nascidos” (Schwartzman, 2003).

O momento de o médico apresentar o diagnóstico da criança SD para a família é muito delicado, portanto é fundamental que seja dito da melhor forma possível, as famílias costumam ter dificuldades de aceitação com a notícia.

4.2 CARACTERIZAÇÃO

Devido à alteração genética, a Síndrome traz algumas características e alterações como:

- ✓ Olhos amendoados parecidos com aos dos orientais;
- ✓ Mãos menores com dedos curtos;
- ✓ Pés com uma distância maior entre o primeiro e segundo dedo;
- ✓ Rosto arredondado;
- ✓ Pescoço curto;
- ✓ Orelhas pequenas;
- ✓ Hipotonia;
- ✓ Boca aberta, língua saliente sulcada.
- ✓ Baixa estatura

Segundo Silva e Dessen (p. 167, 2002) “em geral, as crianças com SD apresentam hipotonia muscular e são sonolentas. Logo após o nascimento, elas mostram dificuldades para a sucção e deglutição. Observa-se, também, um atraso no desenvolvimento de alguns reflexos do bebê, havendo um comprometimento na postura de semiflexão dos quadris, que pode não ser evidente ou até mesmo, estar ausente.”

4.3 CARIÓTIPO

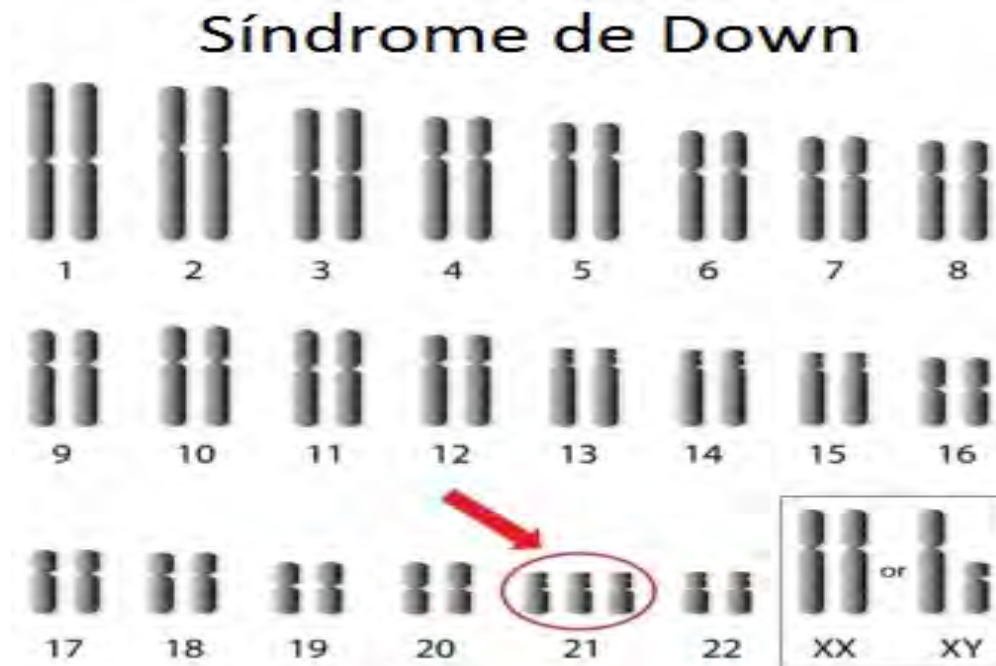


Figura 1 – Cariótipo Síndrome de Down

Fonte: UOL

“O cariótipo é o conjunto de todos os cromossomos de um indivíduo, ordenados em pares idênticos de acordo com o tamanho, do maior para o menos, desde o número 1 ao 22, além do par de cromossomos sexuais” (SERÉS et al., 2012).

O Cariótipo é de extrema importância no momento da confirmação do diagnóstico, pois só há certeza da síndrome quando se exhibe a presença de um cromossomo a mais no par 21, dado pelo cariótipo, que é definido através de um exame conhecido como cariograma.

4.4 DOENÇAS ASSOCIADAS E MAIS FREQUENTES

As crianças que nascem com a Síndrome de Down, têm mais probabilidade a desenvolver alguns casos clínicos como a cardiopatia congênita (ocorre em pelo menos 50% dos casos) que na ausência de um diagnóstico precoce pode levar a morte. A cardiopatia é caracterizada pelo defeito nas divisões do coração, onde ocorre a separação de sangue oxigenado e não oxigenado.

Outro caso é a leucemia, que tem incidência bem maior em crianças com a Síndrome do que em crianças sem a Síndrome, segundo Serés et al (2012, p. 159) e colaboradores, de dez a vinte vezes superiores.

A depressão é bastante frequente nos indivíduos com SD, segundo Serés et al. (2012, p. 97-98) “a taxa de depressão na população com SD é superior à da população em geral. É frequente que a depressão nas pessoas com Síndrome de Down passe despercebida devido à sua dificuldade de verbalizar o mal-estar e pela frequente apresentação de quadros depressivos em forma de sintomas somáticos (corporais).”

Ainda segundo Serés et al. (2012, p. 84-85), “demonstrou-se incidência de epilepsia em indivíduos com SD entre 2% e 13%, as causas estão vinculadas à alteração do desenvolvimento cerebral. Destaca-se a alta frequência de crises epiléticas nos primeiros anos de vida, mas de 80% dos casos antes do 5 anos, mesmo que entre os 15 e 20 anos de idade seja possível encontrar outro pico.

Reisberg (apud BRUNONI, 2003, p. 66) relata-se sobre a doença de Alzheimer em indivíduos com SD, “há indícios de que adultos com SD são mais propensos a apresentar a DA do que adultos não-Down. Trata-se de um quadro demencial progressivo que se desenvolve, em geral, a partir dos 50-60 anos de idade. Seus sinais e sintomas seguem um padrão mais ou menos previsível, muito embora o quadro clínico possa apresentar-se de forma bastante polimorfa.

Brunoni (2003, p. 75) conclui que “as relações entre a SD e a DA, que sem dúvida alguma estão presentes, ainda não são compreendidas de forma satisfatória. O que se pode afirmar hoje, de qualquer modo, é que, embora haja, realmente, uma susceptibilidade maior da população com SD para desenvolver quadros demenciais tipo-Alzheimer, a possibilidade de que o quadro ocorra, ao menos de forma clinicamente evidenciável, é bem menor do que se afirmava há poucos anos atrás. De qualquer modo, pesquisas adicionais bem como estudos populacionais são muito necessários para esclarecer definitivamente as questões existentes.”

4.5 INCIDÊNCIA

Não se sabe exatamente a causa da síndrome, segundo Schwartzman (1999) “alguns fatores endógenos e exógenos contribuem para a maior ou menor incidência da desordem. Um dos fatores endógenos mais freqüentemente associados a esta síndrome é a idade da mãe, pois as mulheres já nascem com uma quantidade de óvulos que envelhecem à medida que elas também envelhecem. Portanto, quanto mais velha a mãe, maior será a probabilidade de incidência da SD.”

Ou seja, a idade da mãe é um fator determinante, a incidência de uma gestação de um bebê com a síndrome é maior em mulheres de 45 ou mais do que em mulheres entre 20 á 25 anos, por exemplo.

“Embora as alterações cromossômicas da SD sejam comuns a todas as pessoas, nem todas apresentam as mesmas características, nem os mesmos traços físicos, tampouco as malformações. A única característica comum a todas as pessoas é o déficit intelectual. Não existem graus de SD; a variação das características e personalidades entre uma pessoa e outra é a mesma que existe entre as pessoas que não tem SD” (FUNDAÇÃO SÍNDROME DE DOWN).

5. A SÍNDROME DE DOWN E A EDUCAÇÃO ESCOLAR: INCLUSÃO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES

5.1 EDUCAÇÃO PARA TODOS

A escola é um direito humano. Sendo os direitos humanos universais, indivisíveis e interdependentes, ao assegurarmos o direito de todas as pessoas à educação estaremos implementando todo o conjunto de direitos humanos. (Castilho, p. 1)

Atualmente tem-se discutido muito sobre inclusão e visto muito a integração/exclusão. Com o passar do tempo houve tantas conquistas, mesmo ainda faltando muito para chegar onde realmente se quer, podemos enxergar os avanços, que fazem com que uma pessoa com deficiência viva dignamente.

A Constituição de 1988 assume um papel com a inclusão, em seu art. 3º (incisos I, II e III) estabelece a República “o dever construir uma sociedade livre, justa e solidária, garantir o desenvolvimento nacional e erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais”.

Nota-se a preocupação governamental em relação à “educação para todos” quando, por exemplo, há mudanças legais contribuindo para uma vivência “digna” de uma pessoa com deficiência perante a sociedade em que vive.

De acordo com Voivodic (2013, p. 16), “apesar das garantias legais, constatamos, pelos dados do Censo Escolar 2002, divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), que a maior parte dos alunos com alguma deficiência – 400.000 alunos – ainda estão em salas especiais, e apenas 110.000 alunos freqüentam escolas regulares”.

Observando esses dados, a situação é alarmante, é necessário reverter esses números, pois quão inclusivos estamos sendo se mais de 50% de alunos com deficiência ainda estão numa escola especial? É evidente que a escola regular ainda não está totalmente apta para receber esses alunos. Faltam muitos recursos, professores qualificados (em alguns casos empenhados também), adaptações, entre outros.

Temos modelos de escolas inclusivas que fazem um trabalho respeitável, de fato; assim como há escolas que não são inclusivas, ou se mascaram e não sabem nem como fazer um trabalho inclusivo.

Existem as escolas especiais, somente para crianças com deficiência, que convivem com seus pares. Se pararmos para pensar nessas escolas, estamos sendo inclusivos? As escolas especiais criam em caráter limitativo, não preparam os alunos para serem autônomos prontos para vivenciar em sociedade heterogênea.

Conforme Voivodic (2013, p. 59) “em termos sociais, a escola especial implica a segregação e discriminação de um grupo social. Talvez exatamente por essa segregação não tenha alcançado a meta de conseguir capacitar seus alunos para futura inserção social”.

Nos dias atuais, muitos pais estão optando pelas escolas regulares, pois a criança tem que se adaptar ao seu meio em todos os setores de sua vida, então porque com a escola seria diferente? Não costumamos ir a lugares exclusivos de pessoas com deficiência, mas sim freqüentamos locais, usufruímos serviços de “TODOS”, tudo tem que ser pensado pluralmente. Esse pressuposto deve-se partir desde a escola que é para todos, tem que estar preparada para acolher as diferenças.

O caminho a percorrer é longo, uma escola que é inclusiva, não basta apenas inserir o aluno, ela deve modificar seu ambiente e quebrar paradigmas para possibilitar a inclusão desse aluno.

Um compromisso efetivo para superar as diásporas educacionais deve ser assumido. Os grupos excluídos – os pobres: os meninos e meninas de rua ou trabalhadores; as populações das periferias urbanas e zonas rurais os nômades e os trabalhadores migrantes; os povos indígenas; as minorias étnicas, raciais e lingüísticas: os refugiados; os deslocados pela guerra; e os povos submetidos a um regime de ocupação – não devem sofrer qualquer tipo de discriminação no acesso às oportunidades educacionais. (Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem Jomtien, 1990 – UNESCO 1998)

O maior desafio para a inclusão escolar atualmente esta sendo o aluno com DI. Contudo, é um ponto de partida para repensar em práticas e projetos para estar incluindo esse aluno como todos os outros. Vale ressaltar que nenhum aluno vem com uma fórmula mágica, é necessário esforço e dedicação.

Assim, para que as escolas possam acolher a diversidade do alunado, reconhecendo e valorizando as diferentes capacidades, competências e habilidades que existem em uma sala de aula, elas precisam ser revistas inteiramente e mudar suas práticas usuais, marcadas pelo conservadorismo, excludentes e inadequadas para o alunado que já temos hoje nas escolas, em todos os seus níveis. Entre essas práticas, a avaliação da aprendizagem é das mais retrógradas e ineficientes, por isso precisa ser urgentemente redefinida e mudada. De fato, não podemos mais categorizar o desempenho escolar como bom, regular, excelente, etc, a partir de instrumento/medidas/terminalidades arbitrariamente estabelecidos pela escola. Esse modo de avaliar tem sido a grande sustentação dos que defendem o ensino escolar dividido em especial e regular, pois é com base nessas avaliações, entre outras, que um aluno é considerado apto ou não apto para frequentar umas dessas modalidades de ensino, principalmente quando se trata de alunos com deficiência mental. (Pinto et al. 2003)

No processo de inclusão é fundamental avaliar o papel da gestão escolar. É necessário um gestor que apóie e oriente o trabalho do professor, esteja aberto a ouvir toda a comunidade e tenha flexibilidade em suas idéias. O professor também apresenta um papel importantíssimo, é esse que vai acompanhar e relatar todo o desenvolvimento intelectual do aluno com deficiência irá elaborar atividades adaptadas e avaliar os resultados. Outro fator determinante é a família, que precisa estar acompanhando e vivenciando todo o processo. Esse aluno com deficiência vai estar amparado de uma equipe multidisciplinar avaliando seu desenvolvimento motor, cognitivo, psíquico e emocional.

5.2 A EDUCAÇÃO, A INCLUSÃO E A ATUAÇÃO PEDAGÓGICA

A educação é transformadora e primordial para qualquer sociedade, a escola que é seu segmento é responsável pelo desenvolvimento dessas sociedades. Muitas vezes a escola não condiz com a realidade, é preciso interligar esses “mundos” um tanto distintos para a construção de uma realidade única, portanto, é necessário trazer as vivências cotidianas para dentro do ambiente escolar.

Entendemos que, se a educação é importante, como fator de transformação para todos os indivíduos, uma educação de qualidade, que atenda suas necessidades educativas especiais, torna-se fundamental para os indivíduos com deficiência mental (Voivodic, 2013).

De acordo com Mills (2003), a educação da criança com SD é atividade complexa, entre outras razões pela necessidade de introduzirem-se adaptações de

ordem curricular que requerem cuidadoso acompanhamento de educadores, dos pais, da sociedade e são indispensáveis para melhor definir objetivos. As dificuldades de aprendizagem, os distúrbios de conduta, a problemática de sua integração completam, mas não esgotam o quadro da educação do aluno com SD.

Partindo desse pressuposto, compreendemos que a educação de uma criança com SD é complexa e gradativa, principalmente pelo fato do acompanhamento da DI, é trabalho que exige dedicação de todas as partes envolvidas. É preciso adaptar o currículo, inventar, renovar e re-inventar; a didática do professor e sua capacitação também é ponto chave nesse processo, o envolvimento da família e acompanhamento de toda a equipe multidisciplinar, todos precisam estar caminhando juntos para o melhor desenvolvimento dessas crianças.

Segundo Alves (2011, p. 95), “uma aliança entre as educações especiais e regular, como formação singular, favoreceria a todos os educadores nos sistemas escolares, até porque todos os educadores sem exceção deveriam se habilitar para formação em educadores de alunos com deficiência, mas também os cursos de especialização não deveriam voltar-se apenas para o tipo de incapacidade dentro de um categoria de alunos, mas estar voltados para o aprofundamento pedagógico desse profissional, tendo como objetivo o entendimento melhor das crianças em geral e de seu desenvolvimento”.

Atualmente, encontramos um enorme despreparo dos professores para com essas crianças, em diversas situações esse professor recebe o aluno com deficiência e não sabe como proceder, como adaptar as atividades e como incluí-lo. Simplesmente é inserido na sala como mais um número; há muitos casos também de alunos que sequer tem diagnóstico e ninguém sabe como lidar ou outros casos em que o diagnóstico é mascarado, com isso dificultando o trabalho de toda a equipe pedagógica.

Esse professor precisa de colaboração, ele se encontra numa situação de medo, por perder o controle da sala ao não sabe lidar com seu aluno com deficiência, que variando, na maioria das escolas há mais de um aluno DI dentro da mesma sala (atento ao fato de que grande parte os casos a sala tem em média 30 alunos ou mais).

A inclusão causa uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola,

mas apóia a todos: professores, alunos pessoal administrativo, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. (Mantoan, 1993)

Outro fator importantíssimo a ser discutido é o estereótipo, em algumas situações o professor acaba que rotulando a criança SD, mas muito irracionalmente por ter o sentimento de pena do aluno. Essa atitude faz com que o aluno com SD sintam-se diminuído e sua auto estima caída. Para reverter essa situação, o professor pode ajudar a construir o empoderamento deste aluno, solicitando que faça tarefas individuais como pesquisas de pessoas com deficiência que obtiveram sucesso na vida e mostrar que o fato de possuir alguma limitação não o faz menor do que as outras pessoas.

Diante de toda essa problemática percebemos o quanto é importante o atendimento especializado para os portadores de Síndrome de Down, pois só através de uma educação significativa estas crianças vão superar as dificuldades que vão surgindo. São capazes de realizar as atividades propostas, porém necessitam de alguns cuidados especiais como: atenção na área da saúde, o amor da família. O empenho e o carinho da família representam o primeiro passo para inclusão de uma pessoa portadora de necessidades especiais. Sem o apoio da família não há autoestima e sem autoestima os obstáculos podem parecer insuportáveis. (Junior e Lima, Revista Iniciação Científica, v. 9, n. 1, 2011)

Alves (2011, p.96-97) ressalta sobre o papel do educador: “o educador tem de ter um perfil compatível com princípios educacionais humanistas, adquiridos em sua formação pessoal e acadêmica e não deixando modificar. O professor tem de ter didática, para saber ensinar de formas diferentes o mesmo conteúdo. A alegria tem de fazer parte deste meio. Não deve esquecer de ouvir os alunos na mostra de suas idéias. A produção não é tão importante quanto a expressão. Muitas vezes, a crítica não ajuda e até elimina uma continuidade, portanto faça com que aconteça a critica construtivista. Motive-o constantemente para que tenha sempre a vontade de saber e aprender. Não deixe que as atividades tornem-se maçantes e punitivas”.

A mudança passa a acontecer quando quebramos os paradigmas e mudamos nossas ações, eliminando atitudes excludentes e dando espaço para ações mais humanizadoras.

O individuo com SD necessita de um acompanhamento multidisciplinar, vale ressaltar que quanto mais cedo essa criança ser estimulada mais rápido e satisfatório serão os resultados.

Temos conhecimento sobre a complexidade da educação da criança com SD, principalmente nas escolas regulares, que além de mudanças é necessário o uso de recursos a parte para atender as particularidades dessas crianças.

Segundo Lima (2016, p. 137) “é importante que o professor, ou qualquer um que desenvolva um trabalho com pessoas que tenham qualquer deficiência, estejam sempre lendo, participando de congressos, discutindo com grupos de estudos a fim de promover seu conhecimento em detrimento da sua prática pedagógica, que os alicerces sejam bem-estruturados e que se possam construir muitas pontes entre o objeto do conhecimento e os sujeitos da aprendizagem.”

5.3 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS BASEADAS NAS OBRAS DAS AUTORAS LIMA E VOIVODIC

Ana Cristina Rocha Lima é pedagoga, trabalha em diversos segmentos educacionais e realiza diversas atividades com seus alunos para desenvolver seus eixos: cognição, desenvolvimento motor, socialização, autocuidado e linguagem.

Lima (2016, p. 35-36) desenvolveu um de seus projetos nomeado Colcha da amizade, no qual o intuito é aproximar as pessoas com deficiência das pessoas que não possuem deficiência.

No projeto colcha da amizade, a autora trabalhou a técnica de pintura em tecido, como tema escolhido a amizade. Cada aluno escolhia um amigo na sala e desenhava montando juntamente um cenário, conforme a realização e desenvolvimento da atividade, a autora conversava com cada aluno perguntando com quem cada um se identificava mais e o curioso é que nenhum aluno identificou-se com algum membro de sua família.

Após o término da atividade, a colcha foi doada para uma escola que já trabalha com inclusão, que ficou a critério da coordenadora.

Lima (2016, p.70-71) juntamente com outra professora organizaram a biblioteca da escola, onde haviam diversos materiais para utilizar além dos livros; trabalharam

com a autonomia e oralidade dos alunos utilizando um aparelho de Videokê, onde eles selecionavam e apertavam a música que queriam cantar. Foi trabalhado também a escrita, após a realização da atividade anterior, os alunos aprenderam a preencher a ficha de empréstimos da biblioteca.

A autora ainda pontua que foi de extrema importância sua vivência com alunos com SD, para tirar esse estereótipo de ser babá e acreditar que eles são capazes de pensar, aprender e realizar diversas atividades.

Lima (2016, p. 138) finaliza dizendo “espero, sinceramente, que os gestores da educação não olhem com desdém para os seus alunos que, deficientes ou não, trazem conhecimento de mundo e que devem ser explorados, ampliados e trocados como outros conhecimentos trazidos para a sala de aula.”

Maria Antonieta M.A. Voivodic é psicóloga, pedagoga e psicopedagoga, possui título de Mestre em distúrbios do desenvolvimento pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e atua como professora no Instituto Apae.

Voivodic (2013, p. 67) apoiou-se no Projeto “Educar Mais 1” que trabalha para incluir crianças com SD na escola regular, esse projeto está sendo desenvolvido por um grupo de pais de alunos com SD, é baseado nas teorias e metodologias do Projeto Roma, desenvolvido em Málaga (Espanha), coordenado pelo Professor Miguel Lopez Melero.

O Projeto de Melero atentou pais de alunos com SD de Campinas, que fazem parte de um grupo chamado “Espaço XXI”. Esses pais foram para Espanha em busca de embasamento sobre o “Educar Mais 1”. Em 2001, esses pais iniciaram um plano de implantação do projeto muito similar ao “Educar Mais 1”.

Inicialmente foram realizadas diversas reuniões, para discutirem sobre suas dúvidas. Após as reuniões, os pais participantes foram selecionar as escolas que participariam do projeto.

Para a implantação desse projeto, faz-se necessário entender que tem como objetivo a inclusão num todo da criança com SD sem adaptação de currículo mas sim de uso de metodologias alternativas; o mediador tem papel fundamental, fazendo a ponte entre escola e família, facilitando a aprendizagem do aluno com SD.

O projeto Roma desenvolvido pelos pais tem como objetivos:

- Conhecer a estrutura cognitiva da criança com SD;
- Identificar quais estratégias são mais adequadas para a intervenção;
- Resultados do desenvolvimento das estratégias;
- Avaliar e identificar as principais dificuldades da criança com SD;
- Possibilitar a família estratégias de intervenção;
- Unir os professores para a formação de um currículo que envolva o interesse de todos os alunos;
- Mostrar a maior autonomia da criança de acordo com a competência cognitiva e cultural.

Segundo Voivodic (2013 p. 78) “o principal ponto do Projeto Roma tem sido atender famílias de diferentes realidades bem como escolas com situações diversas e, através da mediação, estabelecer pontes cognitivas como estratégias metodológicas. Para isso, usa de estratégias facilitadoras, tais como: trabalho com álbuns de fotografias, experiências do cotidiano, projetos educativos concretos (projeto casa, projeto agenda, projeto amigo, etc).”

Voivodic (2013, p. 80) realizou uma pesquisa qualitativa sobre a inclusão de crianças com SD na escola regular, onde analisou um projeto desenvolvido pela coordenadora que é uma psicóloga contratada pelos pais dos alunos. Foram envolvidas quatro escolas e quatro famílias dentro do projeto. A forma de mediação deste projeto foram reuniões com os pais que tem seus filhos em todos os níveis educacionais, em escolas de todo tipo de poder aquisitivo.

Diante de todo o projeto Roma houveram entrevistas também, onde os profissionais relataram o que acharam do projeto e sobre a inclusão.

Voivodic (2013, p.114) relata que os profissionais entrevistados acreditam que atualmente a escola que temos não é a que queremos ter, falta apoio e mediação.

Esses profissionais acreditam que o projeto seja um movimento para abrir os caminhos da quebra de paradigmas. Também dizem que as pessoas não nascem inclusivas, é preciso trabalho para tornarem-nas inclusivas.

Há relatos em que os profissionais colocam a inclusão como um susto, dizendo que simplesmente “da noite para o dia” surgiu um aluno com dificuldades e o professor ficou sem ação e saber como proceder. Isso faz com percebemos a falta de capacitação profissional para trabalhar com crianças com deficiência.

Em relação aos pais do projeto Roma, os mesmos depositam todas as suas expectativas nos profissionais envolvidos e no projeto. Essas famílias estão vivenciando a fase de ingresso escolar dessas crianças, com isso suas expectativas são grandes.

Durante o projeto é possível perceber a dificuldade da família de lidar com o contexto dependendo da situação que a família estiver passando no momento. Voivodic (2013, p.156) percebe que “a deficiência da criança mascara os próprios problemas da relação familiar e, com a mediação, esses problemas afloram.”

Na visão dos profissionais existe o plano real e o plano ideal, uma realidade diferente da outra que exige muito esforço, dedicação e apoio da família.

Voivodic (2013, p. 161) finaliza dizendo que apesar de pouco tempo do projeto, houveram resultados significativos, uma vez que abriu um leque de esperança para as pessoas envolvidas. Mesmo sabendo que para o projeto continuar será limitado, por envolver todo o contexto social de algumas famílias, além do fator emocional dos pais em atuarem como gestores do projeto.

As mudanças nesse contexto são lentas e exigem luta, assim como na história da humanidade sempre houve lutas para a garantia de todos os direitos humanos. [...] será um longo caminho para que as pessoas com deficiência tenham seus direitos respeitados, estejam realmente incluídas e fazendo parte da sociedade. A estrada será construída por pessoas que acreditam, com toda a alma, que só com a inclusão seremos mais dignos de nossa humanidade. (VOIVODIC, p. 163, 2013)

Diante de todo o contexto educacional e analisando os projetos estudados, podemos também abrir um leque de esperança, pois sabemos que a inclusão já está acontecendo e há muitas pessoas empenhadas em fazer mais por ela. Os passos estão sendo lentos, mas com calma chegaremos onde queremos. Temos de continuar lutando para que essas crianças estejam dentro de uma sala regular como qualquer outra criança, que suas limitações não sejam desculpas para não conseguirem algo,

pelo contrário, que essas crianças provem que suas limitações sejam vencidas e que não as impeçam de conseguir o que querem. Estar envolvido é fundamental, estudar e construir um futuro inclusivo onde as diferenças sejam pequenas diante da realidade de que somos todos um só.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão norteadora deste trabalho foi em compreender como a inclusão esta sendo feita, o que está funcionando e como esses alunos estão aprendendo, enfatizando a prática pedagógica.

Diante dos estudos realizados, foi possível perceber que a melhor maneira de obter sucesso com a inclusão é estar embasado e conseguir conscientizar as pessoas sobre a necessidade de mudança em suas ações e trabalhar para uma escola de todos, pois sabemos que o preconceito ainda existe e esta sendo quebrado num processo lento. Outro fator que é primordial e que consiste em uma enorme barreira é a falta de capacitação de professores, que não tem preparo para receber o aluno com deficiência, portanto, não sabe como ser inclusivo. Vale destacar os estereótipos que esses alunos enfrentam diariamente.

Considera-se que para os professores a inclusão é um desafio enorme, uma surpresa, em muitos casos simplesmente colocam o aluno dentro da sala e o professor nem sabe o diagnóstico, conseqüentemente dificulta seu trabalho.

Nota-se que as escolas atuais ainda não estão efetivamente preparadas para receber alunos com deficiência, falta suporte físico e capacitação de profissionais. O que é triste de se observar, tendo em mente que a escola deve ser feita para abranger a todos, independente de suas diferenças físicas ou intelectuais.

Embasada pelas obras das autoras Lima (2012) e Voivodic (2013) sabe-se o quanto a inclusão é possível quando todos trabalham juntos (aluno, escola, família e comunidade), no caso da SD é possível um trabalho sem adaptação curricular, mas sim com novas metodologias.

O indivíduo com SD tem condições de se desenvolver tanto quanto qualquer outro indivíduo, passa pelos mesmos processos, sabemos que alguns fatores são mais lentos, mas não impossíveis de obter resultados. Esse indivíduo deve ser estimulado em todas suas potencialidades e por uma equipe multidisciplinar.

Acredita-se, por outro lado, na dificuldade enfrentada por indivíduos com SD devido sua condição social, o que torna-se de suma importância a divulgação e efetivação de projetos inclusivos em áreas desfavorecidas e investimentos governamentais em capacitação de professores e estrutura escolares.

A inclusão antes de qualquer outro fator deve ser idealizada como uma realidade e não medir esforços para sua plena efetivação, o processo é lento e gradual, mas, considerando as conquistas em pouco tempo que iniciou-se o questionamento e descobertas sobre inclusão e principalmente a SD, percebo que é possível estabelecer métodos para a inclusão destes alunos na escola regular. O aluno com SD deve estar inserido na sociedade igual a qualquer indivíduo. Para o ser humano é questão de sobrevivência estar em seu meio e comunicar-se, o que é determinante para seu desenvolvimento.

Partindo desse pressuposto, conclui-se o quanto é importante e necessário conviver com as diferenças, já presenciamos isso diariamente, pois ninguém é igual a ninguém, cada um tem suas particularidades e características, é necessário respeitar cada indivíduo da maneira que ele é, sempre procurando desenvolver e destacar suas potencialidades. Ainda temos muito a caminhar, mas já é confortante saber que há um progresso e empenho de seus atuantes para a realização do ideal de que somos todos um só apesar de detalhes que nos difere.

“O sonho da igualdade só cresce no terreno do respeito pelas diferenças”
(Augusto Cury).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALUNOS ONLINE. Aneuploidias. Disponível em:
<<http://alunosonline.uol.com.br/biologia/aneuploidias.html>>. Acesso em: 12 de set. 2016
- ALVES, Fátima. Para Entender a Síndrome de Down. 2ª ed. Rio de Janeiro: Wak, 2011. 112p;
- APAE. Sobre a deficiência intelectual. Disponível em:
<<http://www.apaesp.org.br/SobreADeficienciaIntelectual/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 15 de ago. 2016.
- BRASIL. Constituição da Republica Federativa do Brasil de 1988. Brasília.
- BRASIL. Diretrizes de atenção - Sala de apoio a gestão estratégica - Ministério da Saúde, 2014.
- BRASIL. Estatuto da pessoa com deficiência. 1º ed. Brasília, 2015.
- BRASIL. Lei de diretrizes e bases da educação nacional- LDB. Brasília, 1996.
- BRASIL. O acesso de pessoas com deficiência às classes escolas comuns da rede regular de ensino. Procuradoria Federal dos direitos dos cidadão. Brasília, 2003.
- CASTILHO, Ela Wiecko V. de. O papel da escola para educação inclusiva.
- ESPANHA. Declaração de Salamanca, 1994.
- Fundação Síndrome de Down. O que é Síndrome de Down? Disponível em:
<<http://www.fsdwn.org.br>>. Acesso em: 25 de set. 2016.
- LIMA, Ana Cristina D. R. Síndrome de Down e as práticas pedagógicas. Petrópolis: Vozes, 2016. 142p;
- MANTOAN, Maria Teresa E. A Educação especial no Brasil - Da exclusão a inclusão escolar. Laboratório de Estudo e Pesquisas em Ensino e Diversidade- LEPED/ Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP.
- _____. Igualdade e diferenças na escola como andar no fio da navalha. Revista da Educação PUC/RS, nº 01 (58), p.55-64, Jan/Abr. 2006.
- _____. Inclusão já. Disponível em:
<<https://inclusaoja.com.br/category/opiniaio/maria-teresa-mantoan/>>. Acesso em: 12 de set. 2016.
- _____. Inclusão promove justiça. Nova Escola: depoiment. Disponível em:
<http://acervo.novaescola.org.br/formacao/maria-teresa-egler-mantoan-424431.shtml>. Entrevista concedida a Meire Cavalcante. Data de acesso: 01 de agosto de 2016;
- _____. Integração x Inclusão: Escola (de qualidade) para Todos. Laboratório de Estudo e Pesquisas em Ensino e Diversidade- LEPED/ Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, 1993;
- MILLS, N. D. A educação da criança com Síndrome de Down. In: SCHWARTZMAN, J. S. 2. ed. Síndrome de Down. São Paulo: Memnon: Mackenzie, 2003.

MOVIMENTO DOWN (FUNDACIÓN IBEROAMERICANA DOWN 21): As diferentes formas da trissomia 21. Disponível em: <<http://www.down21.org>>. Acesso em: 15 de ago. 2016.

MOVIMENTO DOWN: O que é? Disponível em: <<http://www.movimentodown.org.br/sindrome-de-down/o-que-e/>>. Acesso em: 15 de ago. 2016.

OMS. Curva de crescimento- DAB- Ministério da Saúde, 2007.

RAIÇA, Darcy; PRIOSTE, Claudia; MACHADO, Maria Luiza G. Dez questões sobre a educação inclusiva da pessoa com deficiência mental. São Paulo: avercamp, 2006.

SANCHEZ, Pilar Arnaiz. A Educação Inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI. Revista da Educação Especial - Out/2005, nº 07.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

_____. Como chamar as pessoas que têm deficiência? Vida independente: história, liderança, conceito, filosofia e fundamentos. São Paulo: RNR, 2003, p. 12-16.

SCHWARTZMAN, José Salomão et al. Síndrome de Down. 2ª ed. São Paulo: Memnon, 2003. 325p;

SÉRES, Augustí et al. Síndrome de Down A-Z. Campinas: Saberes, 2012. 269p;

SILVA, Nara Liana P.; DESSEN, Maria Auxiliadora. Síndrome de Down: etiologia, caracterização e impacto na família. Interação em Psicologia – Universidade de Brasília. 2002, 6(2), p.167-176.

TEIXEIRA, Kenia F. A arte e a inclusão escolar do aluno com Síndrome de Down.

UNESCO. Declaração Mundial sobre Educação para todas: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, 1990.

UNICEF. A Convenção sobre os direitos da criança. Disponível em: <https://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf>. Acesso em: 01 de ago. 2016.

VOIVODIC, Maria Antonieta M. A. Inclusão Escolar de Crianças com Síndrome de Down. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013. 173p;

YOUTUBE. Síndrome de Down - Qual é a diferença? – FANTÁSTICO. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LketeNihY_4>. Acesso em: 20 de ago. 2016.